



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

**Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro-
Coordenação de Análise Técnica**

Parecer Técnico FEAM/URA TM - CAT nº. 124/2023

Uberlândia, 12 de dezembro de 2023.

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (LAS) nº 78661159			
Processo SEI 2090.01.0011272/2023-13			
PA SLA Nº 2634/2023		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR: EDSON MAKOTO COELHO SEKITA		CPF: 052.502.286-40	
EMPREENDIMENTO: Fazenda Catulés - Matrículas nº 17.559, 17.560, 17.561, 80.171, 80.172 e 80.412			
MUNICÍPIO(S): Serra do Salitre/MG		ZONA: Rural	
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">• Não há incidência de critério locacional			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
G-01-01-5	Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas)	2	1
G-01-03-1	Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura	2	1
RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	ART OU EQUIVALENTE:
IGOR DIEGO PERES		MG0000205444D MG	MG20232420660
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA

Emanuelli Alexandra Prigol de Araujo - Gestora Ambiental (DRRA TM)	1.364.971-0	
De acordo: Rodrigo Angelis Alvarez - Coordenador de análise Técnica	1.191.774-7	



Documento assinado eletronicamente por **Emanuelli Alexandra Prigol de Araujo, Servidor(a) Público(a)**, em 12/12/2023, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Diretor (a)**, em 12/12/2023, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **78661159** e o código CRC **2081D938**.

Referência: Processo nº 2090.01.0011272/2023-13

SEI nº 78661159



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 78661159

O empreendimento Fazenda Catulés - Matrículas nº 17.559, 17.560, 17.561, 80.171, 80.172 e 80.412 (área total matriculada 634,3966 ha) atua no ramo das atividades agrossilvipastoris, tendo como atividades principais culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura - código G-01-03-1 e horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas) - código G-01-01-5, localizado no município de Serra do Salitre/MG. Através do processo 2634/2023, formalizado em 22/11/2023 na URA-TM, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS), o empreendedor solicita a licença ambiental.

Existe um contrato de arrendamento firmado entre os arrendadores Jader Eriberto de Resende e Espólio de Leni Maria da Costa Resende e o arrendatário Edson Makoto Coelho Sekita, para exploração agrícola até 31/08/2026.

O empreendimento localiza-se em área de alto potencial de ocorrência de cavidades e portanto, foi apresentado o estudo técnico sob responsabilidade técnica do engenheiro sanitaria e ambiental e engenheiro de segurança do trabalho Igor Diego Peres CREA MG0000205444D MG/ ART MG20232420660.

O estudo avaliou a propriedade e um raio de 250 metros em seu entorno com relação à presença de cavidades. O estudo consistiu em realização de levantamento bibliográfico de informações oficiais a respeito do patrimônio espeleológico local e prospecção de campo na área diretamente afetada e no raio de 250 metros em seu entorno através de caminhamento.

O caminhamento realizado cobriu toda propriedade e o entorno, com registro de 42 pontos de observação. Não foram identificados vestígios ou feições espeleológicas, tendo o estudo como conclusão que, apesar do critério locacional incidente, a área diretamente afetada e seu entorno imediato não apresentou nenhum vestígio de ocorrência espeleológica.

A área total do empreendimento é 634,3966 ha, dos quais até 400 ha são cultivados com milho, soja, trigo aveia e feijão e a partir da instalação de um pivô central, serão cultivados até 40 ha com alho, batata, beterraba, cebola, cenoura e repolho.

O preparo do solo é feito utilizando plantio direto e convencional, conforme exigência da cultura. São adotadas práticas conservacionistas como plantio em nível e rotação de culturas para conservação do solo. O relevo do local é aplainado ou com baixa declividade com solos profundos (latossolos).

São utilizados insumos como adubo, calcário, gesso agrícola e para controle de pragas, doenças e plantas daninhas são utilizados fungicidas, inseticidas e herbicidas. Os insumos são levados para consumo conforme a necessidade, portanto não há armazenamento na propriedade. O empreendimento possui maquinário próprio e a manutenção não é realizada no local. O abastecimento dos veículos a diesel é



feito preferencialmente fora e quando há necessidade de abastecimento no local, é realizado com caminhão comboio.

As atividades são conduzidas por uma equipe de 12 funcionários fixos e 80 temporários, dos quais nenhum reside na propriedade.

O recurso hídrico captado para irrigação, consumo humano e pulverizações provém de uma captação superficial no Ribeirão Goderos, para a qual há uma outorga conforme Portaria nº 1901082/2021 (processo 09288/2018), com validade de 10 anos a partir de 13/02/2021 e uma captação superficial autorizada pela Certidão de Uso Insignificante nº 430321/2023 (processo 58256/2023) válida até 02/10/2026.

Como principais impactos inerentes citados no RAS, tem se a geração de efluentes líquidos sanitários móveis das frentes de trabalho, água de lavagem de embalagens de defensivos agrícolas e emissões atmosféricas oriundos do maquinário movido a diesel e das pulverizações. São gerados resíduos sólidos provenientes da operação das lavouras (embalagens vazias de defensivos), resíduos sólidos domésticos como papel, plástico, vidro e orgânicos.

As emissões atmosféricas são mitigadas por monitoramento periódico da frota de veículos, maquinários e equipamentos em funcionamento e os funcionários são treinados para aplicação de produtos perigosos, fazem uso de EPIs durante a aplicação, bem como ela obedece critérios agrônômicos e de boas condições climáticas a fim de evitar derivas.

O efluente sanitário é recolhido nos banheiros químicos e a empresa contratada faz sua destinação final. Os resíduos sólidos domésticos orgânicos são destinados para o aterro municipal de Serra do Salitre e a parte reciclável é destinada para Minas Reciclagem. As embalagens vazias de defensivos são levadas para a ADICER de Rio Paranaíba e Serra do Salitre. Não há armazenamento destas embalagens, pois conforme informado no RAS, todo resíduo gerado é diariamente coletado.

A Fazenda Catulés - Matrículas é objeto das matrículas 17.559, 17.560, 17.561, 80.171, 80.172 e 80.412, possui cadastro junto ao CAR (Cadastro Ambiental Rural), recibo de inscrição do imóvel nº MG-3155504-A19A.EA97.2FC5.4BBB.B7F9.91E5.45A1.BFBA, com área de 634,0772 ha, porém a área resgistrada nas matrículas é de 634,3966 ha. A área de reserva legal declarada no CAR de 92,2476 ha é inferior à 20% da área total conforme exige a legislação ambiental. O proprietário manifestou interesse em realizar a adesão ao PRA (Programa de Regularização Ambiental) junto ao CAR, momento no qual deverão ser sanadas quaisquer pendências e passivos ambientais com relação à reserva legal e áreas de preservação permanente.

Importante ressaltar que não foi realizada vistoria no local, o que não permite atestar as condições reais das áreas protegidas da propriedade, portanto, este aspecto não faz parte da análise contida neste



parecer. O CAR deverá ser futuramente analisado e homologado pelo órgão responsável conforme legislação em vigor.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “Fazenda Catulés - Matrículas nº 17.559, 17.560, 17.561, 80.171, 80.172 e 80.412” para as atividades de culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura - código G-01-03-1 e horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas) - código G-01-01-5, localizado no município de Serra do Salitre - MG, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo. Não foi realizada vistoria ao local, sendo, portanto, o empreendedor e, ou consultor o(s) único(s) responsável(is) pelas informações prestadas e relatadas neste parecer.



ANEXO I

CONDICIONANTES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A comprovação do cumprimento das condicionantes do empreendimento deverá ser apresentada por meio de peticionamento intercorrente no processo **SEI nº 2090.01.0011272/2023-13**

PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO / MONITORAMENTO

CONDICIONANTE Nº: 1

Descrição da Condicionante:

Apresentar, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

O relatório deve conter as seguintes informações, apresentadas no formato de tabela:

1. Resíduos (Denominação do resíduo; Origem; classe conforme NBR 10.004, ou a que sucedê-la, e Taxa de geração (Kg/mês) de todos os resíduos gerados);
2. Transportador (Razão Social e Endereço Completo do transportador de cada um dos resíduos) e;
3. Destinação Final (Indicar a forma de destinação*; Razão Social, Endereço completo Nº processo de licenciamento e validade, dos responsáveis pela destinação de cada um dos resíduos).

*Formas de Destinação:

- 1 - Reutilização;
- 2 - Reciclagem;
- 3 - Aterro Sanitário;
- 4 - Aterro industrial;
- 5 - Incineração;
- 6 - Co processamento;
- 7 - Aplicação no solo;
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada);
- 9 - Outras (especificar).

Orientações/ Recomendações:

1. Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.
2. Se realizadas doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
3. As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de



resíduos deverão ser mantidos pelo empreendedor, para fins de fiscalização.

4. Observar sobre a facultatividade de apresentar a DMR, emitida via sistema MTR-MG, caso o empreendimento esteja indicado no disposto no artigo 2, inciso II da Deliberação Normativa Copam nº 232, de 27 de fevereiro de 2019, considerando os prazos estabelecidos pela própria Deliberação.

PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO / MONITORAMENTO: Resíduos Sólidos

PERÍODO DE EXECUÇÃO: Durante a vigência da Licença Ambiental

AFERIÇÃO: Outra - De acordo com a operação do empreendimento

FREQUENCIA DE APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO: Semestralmente

PRAZO PARA PROTOCOLO: Apresentar até o dia 10 do mês subsequente ao término da frequência de apresentação do relatório

Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

Em razão de fato superveniente, o empreendedor poderá requerer a exclusão, a prorrogação do prazo para o seu cumprimento ou a alteração de conteúdo da condicionante imposta, formalizando requerimento escrito, devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva condicionante; sendo necessário instruir o pedido com o comprovante de recolhimento da taxa de expediente respectiva (Lei Estadual nº. 22.796/17 - ANEXO II - TABELA A).

A comprovação do atendimento aos itens destas condicionantes deverá estar acompanhada da anotação de responsabilidade técnica - ART, emitida pelo(s) responsável (eis) técnico(s), devidamente habilitado(s), quando for o caso.

Os laboratórios, impreterivelmente, devem ser acreditados/homologados conforme a Deliberação Normativa Copam nº 216, de 07 de outubro de 2017, ou a que sucedê-la.

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.